



LAMA em trecho do Rio Doce, em Colatina: uma das regiões atingidas após o rompimento de barragem de rejeitos de minério em Minas Gerais

OS NÚMEROS

35 bilhões
de litros de lama foram
lançados da barragem

111 dias
se passaram desde o
rompimento

19 mortes
ocorreram por causa do
desastre ambiental

TRAGÉDIA AMBIENTAL

Justiça bloqueia R\$ 500 milhões de mineradoras

Bloqueio de dinheiro da Samarco, Vale e BHP foi determinado pela Justiça Federal para recuperar os estragos causados pela lama

Daniel Figueredo
Verônica Aguiar

A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 500 milhões da Samarco e suas controladoras – Vale e BHP Billiton –, em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público de Minas

Gerais (MP-MG).

Os recursos devem garantir medidas para a recuperação do meio ambiente urbano do município mineiro de Barra Longa. A decisão é da juíza Denise Canêdo Pinto, da comarca de Ponte Nova.

Segundo o Ministério Público de Minas Gerais, o rompimento da barragem de Fundão – no dia 5 de novembro de 2015 – provocou a devastação total do distrito de Gesteira, e alcançou a sede do município, destruindo todos os tipos de equipamentos públicos, como obras de infraestrutura, rede de saneamento, de esgotamento sanitário e abastecimento de água, escolas, praças, edifícios públicos e

campos de futebol.

A liminar, divulgada ontem no site do Ministério Público de Minas, determina que Samarco, Vale e BHP Billiton apresentem, em 30 dias, os projetos básicos, estruturais e executivos para integral recuperação de todos os bens públicos e de infraestrutura danificados em Barra Longa e seus distritos.

Caso não apresentem os projetos no prazo estipulado, as empresas serão penalizadas com multa diária de R\$ 500 mil. A reparação deverá ser executada em no máximo seis meses.

Foram determinadas, ainda, a elaboração e a execução de obras

de contenção de todo o leito do rio do Carmo – atingido pela onda de rejeitos da barragem –, no trecho que cruza a cidade de Barra Longa.

A decisão pede ainda que sejam adotadas medidas de monitoramento e alerta para pronta evacuação da população de Barra Longa na hipótese de ocorrência de novos eventos.

De acordo com os promotores de Justiça Thiago Fernandes de Carvalho e Bruno Guerra de Oliveira, autores da ação, o município de Barra Longa foi o mais atingido e destruído pelo desastre ambiental ocorrido após o rompimento da barragem de Fundão no dia 5 de novembro do ano passado.

O OUTRO LADO

Recurso

A Samarco informou, por meio da assessoria de imprensa, a existência de ordem judicial de bloqueio proveniente da 2ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova/MG. A empresa informou que está adotando as medidas judiciais para revertê-la.

A empresa informou ainda que vai defender a revogação do bloqueio judicial de R\$ 500 milhões.

Segundo a Samarco, os recursos são necessários para que a empresa possa dar continuidade às ações que já estão em andamento para mitigar os impactos sociais e ambientais decorrentes do acidente ocorrido na barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em novembro do ano passado.

Destruição e tristeza após desastre

Após 111 dias do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, pescadores, artesãos e moradores de Baixo Guanandu, Colatina e Linhares sentem os impactos da tragédia e se entristecem com a visão do Rio Doce.

A reportagem de **A Tribuna** foi à região e ouviu moradores, trabalhadores e empresários que ainda sofrem com os danos causados pelo desastre ambiental.

Um deles é o pescador Luiz Roza da Costa, de 56 anos, que na semana passada levou a reportagem até a sua casa, de barco a motor, para mostrar os impactos da tragédia.

“O negócio é feio demais. Nosso ganha-pão vinha do rio. Também faço redes de pesca, mas agora não

temos mais peixes e a pesca não está liberada.”

Situação semelhante vivem os pescadores de vilarejos no entorno da foz do Rio Doce, em Linhares. Desde ontem, por conta de uma determinação judicial, foi proibida a pesca na foz do Rio.

“Nosso ganha-pão vinha do rio. Também faço redes de pesca, mas agora não temos mais peixes e a pesca não está liberada.”

Luiz Roza da Costa, pescador

A Justiça Federal seguiu entendimento do Ministério Público Federal (MPF) de que a medida é necessária para preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies impactadas pelos rejeitos de mineração da barragem da Samarco, ocorrido em novembro de 2015 em Mariana, Minas Gerais.

A medida também vai possibilitar a conclusão dos trabalhos técnicos que buscam diagnosticar os impactos da lama no mar e a contaminação dos recursos pesqueiros.

O MPF vai recorrer para que todos os pescadores da região sejam cadastrados pela Samarco para receber auxílio durante o período da proibição.



O PESCADOR Luiz da Costa lamentou a atual situação do Rio Doce